



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faculdade de Formação de Professores – FFP

Centro de Educação e Humanidades

Departamento de Educação

Curso de Pedagogia

Samie Michimoto Barino

**As escolas nipo-brasileiras e o Projeto de Nacionalização do Presidente
Getúlio Vargas de 1937 a 1945**

**São Gonçalo,
2011**

Samie Michimoto Barino

As escolas nipo-brasileiras e o Projeto de Nacionalização do Presidente Getúlio Vargas de 1937 a 1945

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em Pedagogia ao Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, tendo como orientadora a Prof^a. Dr^a. Sônia Camara.

São Gonçalo,

2011

A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe.
Jean Piaget

Dedico este trabalho à minha família, meu marido Romeu, meus filhos Carolina e Matheus pelo incentivo, paciência e cooperação, indispensáveis para que esse sonho se tornasse realidade.

E de modo especial, dedico este trabalho em memória de meu pai Takeo Michimoto, seus irmãos, parentes e a todos os imigrantes japoneses que se aventuraram a atravessar o planeta abdicando de sua terra, sua gente, sua cultura em busca de um sonho em um país de cultura tão diferente da sua, como o Brasil, mas que com paciência e humildade transpuseram todas as dificuldades e deram a sua contribuição para a história desse país.

Agradecimentos

À Deus por ter me concedido saúde e força para que pudesse alcançar esse objetivo tão desejado.

Ao meu marido Romeu, companheiro de todas as horas, por seu amor, carinho e, sobretudo, pelo incentivo diário.

Aos meus filhos, pela a alegria de ser mãe, e por despertar em mim o interesse pela formação em educação.

À minha mãe pelo exemplo de força e coragem que no auge dos seus 90 anos continua sendo exemplo.

Aos meus irmãos por tudo que vivenciamos juntos.

À minha turma inicial e aos que chegaram durante o curso, pelo carinho, apoio que jamais esquecerei.

Às amigas Melriane e Camila pela amizade, paciência e cumplicidade.

À professora Sônia Camara Rangel, por seu carinho sempre, por sua orientação eficiente e por suscitar em mim o desejo de escrever sobre esse tema, que tanta emoção me proporcionou.

Ao professor Jorge Antonio da Silva Rangel (Fidel), por ter me dado o privilégio de ter aceitado ser o parecerista desse trabalho.

À todos os professores da FFP que deixaram sua marca em minha formação como exemplos éticos de compromisso com a educação.

E por fim, a todos os autores que direta ou indiretamente, contribuíram para minha pesquisa e possibilitaram a realização desse trabalho.

Sumário

I - Introdução	11
II - 1º Capítulo: Brasil e Japão: Os interesses pela imigração	18
1.1. A solução para o Brasil: a imigração.....	18
1.2. O Japão e o interesse pela emigração.....	22
III - 2º Capítulo: A escolarização dos imigrantes japoneses: tradição cultural e a adaptação à nova realidade	30
2.1. Tradição cultural, escolarização e educação para os imigrantes japoneses..	30
2.2. As primeiras escolas nipo-brasileiras.....	38
IV – 3º Capítulo: Implantação das escolas nipo-brasileiras e o Projeto de Nacionalização da Era Vargas (1937 a 1945)	42
3.1. Projeto de Nacionalização do Governo Vargas.....	42
3.2. O Projeto Nacionalista da Educação e o Surgimento das escolas nipo-brasileiras.....	44
3.3. Imigrantes japoneses: a assimilação e a nacionalização da educação.....	47
V – Considerações Finais	49
VI – Referências Bibliográficas	51
VII – Anexos	54
Anexo I Passaporte do pai da autora.....	55
Anexo II Decreto Lei nº 8553.....	56
Anexo III Tratado de amizade, comércio e navegação.....	59
Anexo IV Diário de bordo.....	61
Anexo V Decreto lei nº 948.....	63
Anexo VI Decreto lei nº 1545.....	64
Anexo VII Decreto lei nº 868.....	67
Anexo VIII Decreto lei nº 383.....	69
Anexo IX Decreto lei nº 639.....	73
Anexo X Decreto Lei nº 8529	77

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo analisar o projeto de escolarização da imigração japonesa implementado com a criação das escolas nipo-brasileiras instituído com o Projeto de Nacionalização promovido pelo Governo de Getúlio Vargas no período compreendido entre 1937 a 1945. Nessa análise procuro expor o momento político e econômico do Brasil e do Japão que propiciaram a imigração japonesa, considerando as diferenças culturais presente entre as duas culturas. Através de uma abordagem histórica, proponho um recorte histórico da educação brasileira, de forma mais específica, no Projeto Varguista, o qual visava, dentre outros objetivos, a assimilação de todos os indivíduos, incluindo os imigrantes, a uma identidade nacional. Para isso, analiso os decretos presidenciais, que considero determinantes para a implantação das leis que transformaram tanto a forma de vida cotidiana dos imigrantes japoneses como a escolarização dos seus descendentes.

Palavras-chave: Imigração japonesa; Projeto de Nacionalização; escolas nipo-brasileiras.

Lista de anexos

Anexo I	Passaporte do pai da autora.....	55
Anexo II	Decreto Lei nº 8553.....	56
Anexo III	Tratado de amizade, comércio e navegação.....	59
Anexo IV	Diário de bordo.....	61
Anexo V	Decreto lei nº 948.....	63
Anexo VI	Decreto lei nº 1545.....	64
Anexo VII	Decreto lei nº 868.....	67
Anexo VIII	Decreto lei nº 383.....	69
Anexo IX	Decreto lei nº 639.....	73
Anexo X	Decreto Lei nº 8529	77

Lista de Ilustrações

Imagem I.....	12
Imagem II.....	23
Imagem III.....	28
Imagem IV.....	31
Imagem V.....	39
Imagem VI.....	39

I. Introdução

Neste trabalho procurei promover um estudo acerca da imigração japonesa refletindo sobre os motivos que impulsionaram os cidadãos japoneses a se aventurar em direção ao Brasil, terra tão distante e naquele momento, pouco hospitaleira.

Nesta pesquisa realizei um levantamento dos motivos políticos e econômicos que estimularam o incentivo à imigração japonesa pelo governo brasileiro a partir de 1908. O foco de análise foi a escolarização desses imigrantes e seus descendentes no período determinado como Estado Novo, 1937 a 1945, auge do processo imigratório no Brasil. Desse modo, para o desenvolvimento desse trabalho, me aprofundei no estudo da cultura japonesa, para assim, melhor compreender o processo de escolarização desses imigrantes e de seus descendentes.

Analisei a política de nacionalização das primeiras escolas nipo-brasileiras organizadas pelo governo do presidente Getúlio Vargas, com especial destaque para as iniciativas voltadas para as escolas nipo-brasileiras inauguradas a partir da década de 1930. O período proposto compreende a décadas de 1930 a 1940, o período denominado como Estado Novo, no qual se verificou de maneira acentuada a implantação das primeiras escolas dos imigrantes, inicialmente, fundadas em São Paulo, de forma precária, e voltadas exclusivamente ao ensino da língua e cultura japonesa, denominadas escolas japonesas e, posteriormente, sendo inseridas no Projeto de Nacionalização da Era Vargas (1937-1945), e transformadas em escolas nipo-brasileiras, com esse processo, essas passaram a conter em seus currículos disciplinas voltadas tanto para a cultura japonesa quanto para a cultura brasileira.

Sendo assim, desenvolvi reflexões desse processo, buscando contextualizar o momento histórico do governo Vargas, no qual, diversas iniciativas que visavam a modernização do país foram elaboradas, iniciativas essas, baseadas em fortes expressões nacionalistas, e alimentadas por ideais de transformação amparadas por atos governamentais.

Durante esse período do Governo Vargas, o Ministério da Educação e Saúde, tendo como Ministro Gustavo Capanema, gerou medidas legais que direcionavam a educação brasileira. Dentre essas medidas, destaco nesse trabalho a transformação do currículo, que passou a ser determinados por políticas educacionais com prescrições para as práticas e gestões pedagógicas, que vislumbravam o abasileiramento de todos os cidadãos, incluindo os imigrantes e seus descendentes.

O motivo que me impulsionou a desenvolver esse trabalho tem um forte apelo emocional já que, filha de um imigrante japonês, pesquisar a imigração japonesa foi a forma encontrada de pesquisar minhas origens e, assim por meio de uma imersão no passado formular perguntas possíveis de ser respondidas no presente. Concordando com Araújo (2008, p.1), quando afirma que:

Entender a memória como uma chave que nos abre portas de acesso para a compreensão do antes e do agora são ensinamentos desses grandes pesquisadores. Ou seja, revisitar o passado não “como ele de fato foi”, mas buscando nele os germes de outras versões da história, capazes de levar em consideração o papel das pessoas comuns, suas vozes, sofrimentos, desejos, visões de mundo, ressignificando a memória coletiva e construindo novas possibilidades para pensar tanto o presente, quanto o futuro (Araújo, 2008, p.1).

Assim sendo, o relato de forma breve de minha história de vida, pôde explicar os motivos que me instigaram a pesquisar sobre a imigração japonesa. Nasci em uma família numerosa. Minha mãe, de origem humilde empregada doméstica, viúva e com duas filhas conheceu meu pai, imigrante japonês, quando foi trabalhar em sua casa para cuidar de sua filha que se encontrava bastante adoentada. A convivência diária entre eles, ambos viúvos, propiciou que iniciassem um romance. Desse romance, que resultou em casamento, nasceram oito filhos, sendo eu a mais nova da família.



Imagem I – Arquivo pessoal, foto de família da autora.

Segundo relatos de minha mãe, pois meu pai faleceu quando eu ainda ia completar 4 anos, meu pai embarcou no Porto de Kobe no Japão, juntamente com seus filhos e alguns familiares, irmãos e tios, rumo ao Brasil. Na ocasião, uma das exigências impostas pelo governo brasileiro era que os japoneses imigrassem em famílias de pelo menos três pessoas¹. Chegando em São Paulo no Porto de Santos em 27 de maio de 1929², sendo encaminhado, juntamente com outros imigrantes, para uma fazenda no interior do Rio de Janeiro, para o Município de Trajano de Moraes. Direcionado, primeiramente, para o trabalho na agricultura, posteriormente, passou a compor o quadro de funcionários na construção de uma represa de abastecimento hídrico em um lugarejo chamado Sodrelândia³, no mesmo Município.

Com o término da construção da represa em Sodrelândia e a mudança dos parentes de minha mãe para a cidade do Rio de Janeiro, meus pais optaram, também, por vir para a cidade. As dificuldades por sermos uma família diferente para os padrões da época se intensificaram na cidade. Nossa estrutura familiar era bem diferenciada das demais, pois tínhamos por parte de minha mãe, irmãs brasileiras, por parte de pai, irmãos japoneses e também irmãos consangüíneos. Além disso, a descendência oriental nos destacava, tanto na aparência quanto na forma de sermos educados. Nossa família era bastante atípica, e isso fazia com que sofrêssemos muitas discriminações e preconceitos.

Ao chegar, meu pai foi trabalhar em um hotel, pois nessa época seus bens já haviam desaparecido do banco onde depositara, e devido sua dificuldade com a língua, não foi possível compreender as justificativas para esse desaparecimento.

O desaparecimento dos bens do meu pai, relatado acima, é uma das “histórias” que desde pequena ouvia sobre a saga de meu pai no Brasil. No decorrer dessa pesquisa, relacionando datas e fatos, percebi a ligação existente entre o desaparecimento relatado por minha mãe com o que, Takeuchi (2008) afirma em seu artigo. Segundo, a autora, durante o período da Segunda Guerra, confiscar os bens dos imigrantes teria sido uma das formas encontradas pelo governo brasileiro para punir os países aliados ao eixo, Alemanha, Itália e Japão. Essa medida adotada pelo governo, tinha o objetivo de ressarcir o Brasil dos prejuízos causados pela guerra, tendo essa decisão governamental

¹De acordo com decretos que regulamentavam a imigração, os navios não deveriam aceitar em suas embarcações imigrantes portadores de doenças, vícios e outras mazelas. Além disso, deveriam vir acompanhados de família com no mínimo 3 pessoas aptas para o trabalho, com idades entre 12 e 45 anos.

² Conferi em anexo I, em que apresento o passaporte de meu pai.

³Represa de Sodrelândia no Rio Macabu, localizada no município de Trajano de Moraes no Estado do Rio de Janeiro, que na ocasião, exigiu grande número de mão-de-obra para sua construção, e hoje encontra-se desativada.

amparo no Decreto 8.553⁴ de 4 de janeiro de 1946, o qual, decretou a criação de uma comissão de reparação aos prejuízos causados pela guerra, no Art. 2º previa a orientação e execução da aplicação do Decreto 4.166 de 11 de março de 1942, contendo a finalidade abaixo descrita:

Diante das perdas materiais e humanas, o governo federal determinou em 11 de março de 1942, pelo Decreto nº 4.166, que os bens direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos (de pessoas físicas e jurídicas) responderiam pelos danos ocasionados ao Brasil e ao seu povo por atos de agressão praticados por Alemanha, Japão e Itália (Takeuchi, 2008, p.41).

A vinda do meu pai para o Brasil teve como um dos motivos a busca de melhores oportunidades, pois em seu país as condições de sobrevivência estavam cada vez mais reduzidas, e em contrapartida no Brasil, a imigração encontrava-se no auge, com os incentivos do governo brasileiro que via a imigração como a melhor alternativa, naquele momento, para a solução de seus problemas internos.

Nesse trabalho, problematizei, a partir de dados e informações de família, e principalmente por meio de uma pesquisa histórica, a imigração japonesa. E assim, no decorrer dessa pesquisa pude compreender melhor os motivos que levaram meu pai e tantos outros compatriotas seus, abandonarem sua pátria, sua vida e seu país e se aventurarem em um país de cultura tão distinta, em busca do sonho de uma vida melhor.

Na elaboração desse trabalho, todas as lembranças pessoais, as informações adquiridas durante a pesquisa em artigos, me fizeram refletir sobre a cultura dos meus antepassados, e de alguma forma, foi muito importante no processo de compreensão do que eu sou, dos meus valores éticos, da minha visão de mundo. O envolvimento nesse trabalho significou uma imersão na história do país dos meus antepassados, e de certa forma, na minha história.

Segundo Bondia, (2002, p. 21), “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”. O autor, destaca ainda, que o saber da experiência diz respeito ao saber de cada um, ao saber individual, que corresponde a sua experiência única e pessoal, ou seja, mesmo que duas pessoas experimentem uma situação semelhante, vivenciarão experiências distintas que as tocará de forma diferenciada uma da outra, ou seja:

⁴ Conferir no anexo II em que apresento o Decreto Lei nº 8.553 de 04 de janeiro de 1946.

Possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: A experiência, a requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar: parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (Bondia, 2002, p. 24).

Para o desenvolvimento desse trabalho, procurei articular fatores que envolveram a imigração japonesa, historiando o processo de imigração de forma geral, porém enfatizando tanto os motivos do Japão que promoveram e incentivaram seus cidadãos à emigração, quanto os motivos e interesses do governo brasileiro para que a imigração japonesa fosse possível. Além do processo imigratório, aprofundi-me na implantação das escolas nipo-brasileiras inseridas no Programa de Nacionalização da Era Vargas e a forma como as escolas dos imigrantes japoneses assimilaram esse projeto, no qual, Santos, cita:

A implementação das políticas educacionais de intenção nacionalistas, impondo uma reestruturação curricular com impactos nos mecanismos de gestão e na prática pedagógica, a docência, particularmente, foi foco de tal projeto ideológico e de seus intentos educativos, criando condições para que os professores agissem como veiculadores da nacionalização, objetivando tornar as crianças potenciais cidadãos e valorosos patriotas, buscando “abrasileirá-las” (Santos, 2006, p. 420).

Nesse trabalho ressaltei o legado que os cidadãos japoneses trouxeram como conceito de cultura, no qual, destaco a valorização da educação como uma das características marcantes desses imigrantes. Como citado por Setoguti:

A consciência de que a escola fazia parte do processo de aprendizagem da vida, somada ao desejo de enriquecimento, sentimento bastante presente entre os imigrantes levaram as famílias de origem nipônica, não obstante as adversidades do meio, a criarem as condições para mandar e manter os filhos na escola (Setoguti, 2008, p.161).

Como metodologia de pesquisa para desenvolver minhas reflexões utilizei, textos acadêmicos de autores que pesquisaram de forma aprofundada o processo de

imigração no Brasil, como também, autores que pesquisaram de forma específica a imigração japonesa. Além desses, recorri a artigos de autores que pesquisaram o Projeto de Nacionalização da Era Vargas e sua repercussão na educação. Citei autores, igualmente importantes e fundamentais, para a realização dessa pesquisa, dos quais destaco: Deliberador (2008); Demartini (2000); Setoguti (2008) e Takeuchi (2008).

Outra fonte importante de pesquisa foram os documentos oficiais, entre eles acordos e Decretos Presidenciais. Dentre eles, destaco, O Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação, firmado em Paris em 5 de novembro de 1895; o Decreto Lei nº 383 expedido em 18 de abril de 1938, contendo a proibição da participação dos estrangeiros nas atividades políticas no Brasil; o Decreto Lei nº 639 406, de 4 de maio de 1938, decreto que criou o Conselho de Imigração e Colonização que regulamentou o ingresso e permanência de estrangeiros; o Decreto Lei 868, de 18 de novembro de 1938, no qual foi instituído a Comissão Nacional de Ensino Primário, tendo como uma de suas atribuições a nacionalização do ensino nos núcleos de estrangeiros, o Decreto Lei 948, de 13 de dezembro de 1938, que estabeleceu as medidas relacionadas a promoção da assimilação dos imigrantes sendo a nacionalização dos seus filhos da competência do Conselho de Imigrantes e Colonização e o Decreto Lei 1.545 de 25 de agosto de 1939, que dispõe sobre as adaptações ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. A seleção desses decretos se deu, por se tratar de documentos que comprovam o controle das escolas primárias no Estado Novo, que se realizavam através dos currículos e saberes que respondiam às medidas impostas por esses decretos direcionados a nacionalização do país.

Assim sendo, desenvolvi esta monografia em três capítulos. No primeiro capítulo, “Brasil e Japão: os interesses pela imigração”, realizei um levantamento dos fatores que envolveram a imigração japonesa no Brasil, destacando a forma como os cidadãos japoneses assimilaram a nova realidade, e também a reação dos cidadãos brasileiros diante da chegada desse povo física e culturalmente tão diferente.

No segundo capítulo, “A escolarização dos imigrantes japoneses: tradição cultural e a adaptação à nova realidade”, refleti acerca da tradição cultural japonesa, tradição essa tão peculiar aos moldes ocidentais; sobre a adaptação desse povo à nova realidade apresentada e o que os levou a compreender rapidamente, de acordo com o quadro encontrado, a urgência de criação de escolas, aos moldes nipônicos, que atendessem seus filhos no intuito de preservação de sua cultura.

No terceiro capítulo, “Implantação das escolas nipo-brasileiras e o projeto de nacionalização da Era Vargas (1937-1945)”, por meio de um recorte na história da

educação brasileira, especificamente, no período da Era Vargas, destaquei o Projeto Nacionalista e a forma como esse projeto modificou a organização das escolas dos imigrantes, até então, estritamente japonesa, fazendo com que, a partir de então, passassem a se estruturar de acordo com as novas regras e normas impostas pelo Projeto de Nacionalização da Educação no Brasil.

Capítulo I

Brasil e Japão: Os interesses pela imigração

1.1. A solução para o Brasil: a imigração

A emigração dos japoneses deve ser compreendida como fazendo parte do movimento migratório internacional que se processou num período histórico em que ocorreram grandes transformações estruturais em quase todas as sociedades do mundo: quase todas as nações estavam em processo de transição do Regime Feudal, via mercantilismo para o Capitalismo (Ando, 1971, p. 5).

Nos finais do século XIX, a economia no Brasil encontrava-se dependente principalmente da monocultura cafeeira e, conseqüentemente, dependia da mão-de-obra escrava para que a cultura do café fosse possível. Entretanto, por pressões políticas em 1888, foi abolida a escravidão no Brasil, e para solucionar a carência de mão-de-obra nas lavouras, o governo incentivou a imigração européia.

No âmbito mundial, entre o início do século XIX até o final do século XX, foi um período marcado por um processo migratório maciço, um fenômeno mundial. Milhões de pessoas deixaram seus países em um grande movimento migratório.

Segundo Deliberador (2008), os imigrantes europeus, contratados para a substituição da mão-de-obra escrava, encontraram dificuldade de adaptação ao trabalho no Brasil, devido à resistência por parte dos fazendeiros, que acostumados ao regime de trabalho escravista, não aceitavam outra forma de mão-de-obra, senão, sob o regime de trabalho intermediário, ou seja, uma mão-de-obra que oscilava entre a escravidão e o sistema salarial, o chamado colonato, como cita Deliberador:

A importância da cultura cafeeira aumentava de ano para ano e o desenvolvimento do comércio cafeeiro se tornou um dos principais objetivos da política nacional. Nesse contexto, o problema de mão de obra agrária tornou-se uma das principais questões da economia. Por isso, o governo procura resolver o problema de escassez de mão de obra pela introdução de imigrantes europeus (Deliberador, 2008, p. 3).

Deliberador (2008) destaca que, apesar do regime de colonato, a força da mão-de-obra européia expandiu rapidamente o comércio cafeeiro no Brasil. Com o crescimento da exportação, as grandes capitais passaram a investir na cultura do café, porém de forma desordenada, culminando em uma superprodução e, conseqüentemente, em uma desvalorização do preço do produto, atingindo em 1907, o ápice da depressão.

E assim, a massa trabalhadora sofreu os reflexos dessa crise, fazendo com que muitos colonos desistissem das fazendas e regressassem aos seus países de origens. Nesse período de crise estima-se que mais de 300.000 pessoas deixaram o Brasil. Devido a forma de tratamento dispensado aos imigrantes europeus, o governo italiano foi um dos primeiros a proibir a emigração de seus cidadãos para o Brasil, mesmo que esta proibição tenha sido em caráter temporário. Enquanto isso, no Japão, segundo Nogueira (1984):

O governo japonês, por outro lado, encarregou-se de subvencionar a propaganda de nosso país nas regiões fornecedoras de braços e a pagar as passagens dos imigrantes até os nossos portos. Com alguns curtos períodos de interrupção, o sistema de imigração subvencionada vigorou no Estado de São Paulo por muitos anos (Nogueira, 1984, p. 38).

No Brasil, a necessidade de mão-de-obra obrigava que novas alternativas fossem cogitadas. O foco de interesse para a substituição dessa mão-de-obra européia se tornou a asiática, mais especificamente, a mão-de-obra japonesa. Assim, em 05 de Novembro de 1895, em Paris o Brasil e o Japão firmaram o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação⁵, que tinha como seu principal objetivo solidificar as relações de amizade e comércio entre Brasil e Japão e seus cidadãos, a partir de então, relações diplomáticas⁶ entre os dois países, começaram a desenvolver negociações para a concretização da imigração, mesmo contrariando a opinião pública brasileira, essa proposta tornou-se mais significativa a partir de 1908, quando se concretizou o início da imigração japonesa., apesar de já terem passados 13 anos desde a assinatura do Tratado de Amizade, de Comércio e Navegação, pois havia restrições quanto à utilização da imigração japonesa. Como cita Dezen: *Houve muito debate acerca do uso da imigração japonesa. Havia desconfiança de representantes do governo brasileiro em relação à imigração “amarela”, vista por alguns como “racialmente inferior”* (Dezen, 2008, p. 19).

⁵ Conferir anexo III em que apresento o Tratado na íntegra.

⁶ Após a conclusão do Tratado, as relações entre o Brasil e o Japão se desenvolveram satisfatoriamente, sendo interrompidas somente em determinado período da Segunda Guerra Mundial.

E, finalmente, como resultado dessas negociações, parte do Porto de Kobe no Japão em 28 de abril de 1908, os primeiros imigrantes japoneses trazidos pelo navio Kasato Maru que aportou no Porto de Santos em São Paulo, depois de cinquenta e dois dias de viagem, trazendo a bordo os primeiros 781 imigrantes, vinculados ao acordo migratório entre Brasil e Japão.

Segundo documentos divulgados pelo Jornal “A Folha de São Paulo” de 23 de julho de 2008 por Gabriela Manzini, “Sem querer, governo de São Paulo acha lista de passageiros do Kasato Maru”, em que faz alusão a lista de passageiros do Kasato Maru localizada pelo governo de São Paulo, na qual, constam nomes e idades de parte de passageiros que partiram em 30 de abril de 1908 do Japão, juntamente, com uma carta assinada por um funcionário do consulado do Brasil em Yokohama e endereçada ao, então, Secretário Estadual de Agricultura no Brasil e responsável pelas imigrações. Nessa carta, além da lista contendo a relação dos emigrantes japoneses, também havia uma ressalva que demonstrava a preocupação do funcionário japonês em corrigir “falhas” decorrentes das diferenças culturais, na qual, explica as diferenças existentes entre as datas de nascimento e a idades dos passageiros, que explicava ser devido à contagem das idades de forma diferenciada, feita de acordo com o calendário japonês. Nessa ressalva do funcionário japonês é possível reconhecer o abismo existente entre as duas culturas, Segundo o funcionário: *No Japão, os bebês completam 1 ano quando começa o ano seguinte, e não quando completa 12 meses.* (Manzini, 2008. p.1)

Apesar de toda essa diferença cultural entre brasileiros e japoneses, muitos decidiram se aventurar nas novas terras. Mesmo que, no Brasil a mão-de-obra japonesa, fosse imprescindível, segundo, J. Amandio Sobral⁷, para a população brasileira os imigrantes não eram bem vindos, havia um grande preconceito aos imigrantes orientais, por parte dos brancos cristãos⁸. Os asiáticos no Brasil eram considerados como “negros amarelos”. Entretanto, apesar de não serem favoráveis à imigração, em 1906, os governos do Japão e do Estado de São Paulo levaram adiante esse processo. Como destaca Suzuki:

Em suma, imigrantes japoneses não eram desejados no Brasil, porém é fato universal que quando há necessidade de trabalhadores, governos e contratadores tornam-se mais coniventes e menos exigentes. Assim, embora desde 1880 já se

⁷ Inspetor da Secretaria de Agricultura, órgão responsável pela imigração no Estado de São Paulo, relata em artigo de 26 de junho de 1908 para o jornal “Correio Paulistano”.

⁸ No século XIX, uma camada da sociedade denominada “brancos cristãos” tinham um forte preconceito em relação ao restante da humanidade.

cogitasse no Brasil da vinda de imigrantes japoneses, nenhuma ação concreta foi realizada neste sentido até cinco de novembro de 1895, quando o Brasil e Japão assinaram um tratado pelo qual passaram a desenvolver relações diplomáticas e, mesmo contrariando a opinião pública brasileira, abriram-se negociações para a vinda de imigrantes japoneses, o que aconteceria só a partir de 1908 (Suzuki, 2008, p. 7).

Porém, o que interessava era seu trabalho, por isso, os contratadores e o governo tornavam-se cada vez menos exigentes. Para J. Amandio, a idéia que prevalecia era que os “imigrantes ideais” eram os italianos, espanhóis, suíços e alemães, entretanto, os imigrantes europeus tinham como preferência emigrar para os países como os Estados Unidos e Argentina, pois mesmo que extinta, ainda havia resquícios de escravidão no Brasil. Sendo assim, devido a interesses tanto do governo japonês como brasileiro, passou-se a investir na imigração de cidadãos japoneses:

No final do século XIX, cresciam as campanhas antinipônicas na América do Norte. O governo japonês voltou seus olhos para a América Latina, vista como um “laboratório” para o projeto emigrantista nipônico. A idéia era que os emigrantes contribuíssem para criar uma imagem positiva do Japão nos países que os acolhiam (Dezen, 2008, p. 18).

Contrariando as expectativas do povo brasileiro em relação aos imigrantes japoneses, Suzuki (2008), narra a impressão de J. Amândio Sobral, em seu extenso artigo, por ocasião da chegada dos imigrantes, no qual, os descreve como pessoas extremamente ordeiras e asseadas, observando ainda que, “saíram todos dos vagões na maior ordem e, depois de deixarem estes, não se viu no pavimento um só cuspo, uma casca de fruta” (Suzuki, 2008, p.8).

Ainda em sua descrição, J. Amândio Sobral cita que a maioria dos imigrantes japoneses pretendia enriquecer no Brasil e retornar para o Japão. Entretanto, o enriquecimento desejado tornou-se um sonho impossível de ser alcançado. A adaptação dos japoneses foi bastante sofrida, e para sua grande maioria, a tentativa de retornar ao Japão foi impedida pelo governo brasileiro e pelos fazendeiros, os quais exigiam o cumprimento dos acordos firmados por ocasião dos contratos, que exigia que fossem cumpridos dois ou três anos de trabalho nas lavouras de café.

Em contrapartida, no Japão diversos fatores de ordem social, política e econômica aconteciam e incentivavam os cidadãos japoneses a vislumbrar um novo recomeço para suas vidas, e motivados tanto pelo governo Japonês quanto pelo brasileiro, viam no Brasil uma oportunidade de recomeço.

1.2. O Japão e o interesse pela emigração

O governo concebia a emigração em caráter permanente. Os que se aventurassem em solo estrangeiro se tornariam “pequenos embaixadores” de seu país da “raça japonesa”, responsáveis por melhorar a imagem de seu povo no exterior. Para consolidar seus planos, o governo contou com a ajuda das companhias de emigração japonesa para o Brasil em seus primeiros anos, negociando diretamente com o governo paulista (Dezen, 2008, p. 22).

Na metade do século XIX, o Japão sofreu graves transformações. Por muito tempo, aproximadamente dois séculos e meio, esteve afastado do restante do mundo, devido a um rigoroso controle político durante a Era Tokugawa⁹, que durou até a segunda metade do século XIX. Enquanto no ocidente a industrialização e as tecnologias avançavam conquistando colônias na África e Ásia, a economia japonesa continuava completamente dependente da cultura do arroz, com um sistema agrário único e mecanizado.

Em 1868, inicia-se a Era Meiji ou regime iluminado, a partir de então, a história do Japão passou a ser marcada por um período que buscava a modernização, culminando em grandes transformações econômicas no país. O desenvolvimento da indústria manufatureira e o empobrecimento dos proprietários rurais causados pela elevação dos impostos sobre a produção agrícola ocasionaram uma sonegação em massa desses impostos, provocando o confisco das terras dos agricultores sonegadores, essas foram algumas das consequências da nova política do governo da Era Meiji, que mudou o sistema tributário, afetando de forma acentuada o setor agrícola.

Até a reforma, os pagamentos de impostos poderiam ser feitos através de produtos, a partir de então, passaram a ser aceitos somente pagamento em dinheiro, sendo assim, os agricultores eram obrigados a venderem suas propriedades para quitar dívidas tributárias, e quando não tinham mais propriedades para vender, eram obrigados a abandonar suas terras e migrarem para as cidades.

Todas essas mudanças drásticas do setor rural fizeram com que as oportunidades de trabalho no campo se tornassem cada vez mais raras causando um empobrecimento e

⁹ O *Tokugawa bakufu*, conhecido também como *Edo bakufu* - *bakufu* é o termo japonês para o regime xogunato, foi uma ditadura militar feudal estabelecida no Japão em 1603 por Tokugawa Ieyasu e governada pelos xoguns da família Tokugawa até 1868. Esse período foi conhecido como Período Edo, que pegou seu nome emprestado da capital do xogunato Tokugawa, Edo, hoje Tóquio. O xogunato Tokugawa reinou do castelo de Edo até a Restauração Meiji, que acabou definitivamente com os xogunatos.

um grande êxodo rural, tendo como consequência a saturação nas cidades gerando uma grande crise demográfica.

A tensão social no Japão, devido ao alto índice demográfico nos grandes centros, exigia que o país buscasse soluções para o alívio dessas tensões, decorrentes desse quadro, portanto, uma das possibilidades encontradas foi o incentivo à emigração que, se apresentava como a solução mais apropriada, devido à gravidade da situação.



Imagem II - Cartaz de imprensa privada japonesa, incentivando a emigração no Japão, datado de cerca de 1920 do site WWW.culturajaponesa.com.br em 12/08/10

A Política iniciada na era Meiji, período compreendido entre 1869 a 1912, governada pelo monarca Mutsuhito, então com 16 anos, decretou o final do Feudalismo japonês ao assumir de fato sua autoridade, como descrito anteriormente, gerou consequências drásticas. Como relata Uehara (2008):

As vertiginosas transformações econômicas da Restauração Meiji fizeram crescer as tensões sociais decorrentes do aumento do desemprego da pobreza, transformando a emigração em necessidade. Esses problemas tiveram entre suas causas o desenvolvimento dos proprietários rurais e o aumento demográfico (Uehara, 2008, p. 12).

Durante a Era Meiji, com o propósito de se desenvolver, o Japão não se isentou de se converter aos direcionamentos do Ocidente, mais especificamente da Europa e dos Estados Unidos da América, pouco a pouco, foi convivendo com o sistema ocidental e se apropriando dele. O Estado extinguiu os últimos vestígios do feudalismo ao adotar uma política de intervenção econômica absorvendo inovações tecnológicas promovidas por importantes potências ocidentais.

Em 1853, os Estados Unidos da América propuseram, de forma ostensiva, ao Japão a abertura dos seus portos, com o objetivo de manter relações comerciais entre os dois países. Segundo Yamashiro (1964):

As fragatas da Esquadra de Perry equipadas com armamentos modernos impressionaram os japoneses, que as denominaram kurobune (navios pretos). O governo de Yedo pediu que os Estados Unidos esperassem a resposta nípônica até o ano seguinte. Perry voltou à sua terra, prometendo tornar ao Japão dentro de um ano. A intenção dos americanos consistia em estabelecer depósitos de carvão em portos japoneses para abastecer os navios que atravessavam o Pacífico, nas suas viagens de ida e volta à China. (Yamashiro, 1964, p. 138)

A assinatura do Tratado de Kanazawa¹⁰, em 31 de março de 1854, firmava a abertura dos portos japoneses, como parte das exigências estabelecidas pelos governos dos Estados Unidos da América e da Inglaterra. A abertura dos portos tornou vulnerável o Governo japonês que foi obrigado a ceder diante das cobranças comerciais desses países. A assinatura desse Tratado marcou o fim do isolamento do Japão. Entretanto, gerou uma enorme crise interna, deflagrando revoltas que culminaram em uma guerra civil, tendo como vitoriosos os setores que reivindicavam a restauração do poder ao Imperador. Estes setores defendiam uma rápida modernização do Japão seguindo os moldes do ocidente.

Métodos industriais e financeiros importados do ocidente fizeram o enriquecimento da burguesia, mas os benefícios desse enriquecimento do país não chegou a todas as camadas da população. A maior parte da população ainda vivia no campo, e os impostos cada vez maiores fizeram com que a população, cada vez mais decadente, mergulhasse na miséria. Muitos saíram dos campos em busca de melhores condições de vida. Entretanto, considerando que o Japão é um arquipélago pequeno e bastante povoado, não havia muitas opções a recorrer, sendo este mais um motivo

¹⁰Tratado assinado por meio do qual os portos de Shimoda e Hakodate seriam abertos aos navios americanos. Tratado a partir de ameaças dos ocidentais, especialmente dos americanos, maiores interessados nessa abertura.

importante para que a emigração fosse uma das alternativas encontradas pelo governo japonês para solução do problema.

Oficialmente, a primeira emigração aconteceu em 1883¹¹, para a Austrália. A partir de 1885, a emigração ganhou força, emigrando também para o reino independente do Havaí. A partir de então, o Canadá, os Estados Unidos e o Peru se tornaram destinos de muitos trabalhadores japoneses. No final do século XIX, os emigrantes eram destinados para os Estados Unidos, passando posteriormente para a América Latina, pois os norte-americanos começaram a se incomodar com a presença dos “amarelos” que poderiam “alterar a composição racial do país” (Uehara, 2008, p. 9).

Mesmo com todas essas adversidades as opções eram limitadas para os cidadãos japoneses que se encontravam na miséria em seu país: ficar no país e morrer de fome ou aventurar-se em outras terras. Mesmo arriscando, a segunda opção naquele momento, parecia a mais acertada.

Houve tentativas do governo para reduzir as tensões sociais por meio da realocação da população para áreas desabitadas ao norte do país, como Hokkaido, as ilhas Kurilas e as Sakalinas. No entanto, essas medidas não foram suficientes. A solução foi implementar políticas governamentais de incentivo à emigração com o objetivo de transferir o excedente populacional para o exterior. Argumentava-se também que a emigração serviria para expandir a presença japonesa no mundo, criando condições para ampliar mercados para produtos nacionais (Uehara, 2008, p. 13).

No Brasil, a chegada dos primeiros japoneses, se deu de forma bastante peculiar. Devido ao desconhecimento da cultura, tanto por parte dos japoneses como dos brasileiros, esse primeiro contato gerou grande impacto entre os dois povos. O preconceito por parte dos brasileiros se funde com a mistificação da nova cultura.

As primeiras impressões de J. Amândio Sobral, descreve que, quando aportaram no Porto de Santos, em São Paulo, muitos imigrantes “traziam pequenas bandeiras do Brasil e do Japão confeccionadas em seda, que balançavam na chegada, na tentativa de que fossem bem recebidos. Vestiam-se de forma simples e ocidentalizadas”. Kaneoya (2008), em seu trabalho, também ressalta as impressões de J. Amândio Sobral:

¹¹A princípio os primeiros imigrantes japoneses foram para a Austrália para trabalhar na pesca de pérolas, depois o fluxo emigratório se intensificou e se expandiu também para o reino independente do Havaí, Canadá, Estados Unidos e Peru, que mesmo com muitos riscos, naquele momento era a melhor opção.

O vapor Kasato Maru trouxe para o Estado de S. Paulo, 781 japonezes, que constituem a primeira leva da quantidade que deve trazer a Companhia Japonesa de Imigração e Colonização, que contractou com o Estado de S. Paulo a introdução de 3000 famílias.....as suas camaras e mais acomodações apresentavam uma limpeza inexcelsível. É preciso notar que se trata de gente de humilde camada social do Japão. Pois houve em Santos quem afirmasse que o navio japonês apresentava em sua 3ª classe mais asseio e limpeza que qualquer transatlântico europeu na 1ª classe....Ao desembarcarem na Hospedaria de Imigrantes saíram todos dos vagões na maior ordem e, depois de deixarem estes, não se viu no pavimento um só cuspo, uma casca de fruta, em suma, uma coisa qualquer que denotasse falta de asseio por parte de quem neles veio....Estavam todos vestidos, homens e mulheres vestidos á europea; eles de chapéu ou bonet, e ellas de sáia e camizeta pegada á sáia....Muitos traziam bandeiras pequenas de seda, numa pequena haste de bambú pintado e lança de metal amarelo. Essas bandeiras foram trazidas aos pares: uma branca com um círculo vermelho no meio, e a outra auri-verde: a do Japão e a do Brasil. Esta primeira leva de imigrantes japonezes entrou em nossa terra com bandeiras brasileiras de seda, feitas no Japão, e trazidas de propósito para nos serem amáveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável....Têm feito suas refeições sempre na melhor ordem e, apesar de os últimos as fazerem duas horas depois dos primeiros, sem um grito de gaiatice, um sinal de impaciência ou uma voz de protesto....Depois de cada refeição (que dura de uma e meia a duas horas), o pavimento do salão está como antes della. Os dormitórios quasi não precisam ser varridos...Si esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão asseada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonez um elemento de produção que nada deixará a desejar. A raça é muito differente, mas não inferior. Não façamos, antes do tempo, juizos temerarios a respeito da acção do japonez no trabalho nacional.”Não faltaram também opiniões contrárias. No dia seguinte ao desembarque, a Tribuna de Santos alertava sobre o perigo da introdução de “amarelos” e “O diário de São Paulo” noticiava, sem precisar detalhes, homicídio que teria ocorrido a bordo do Kasato Maru (Sobral apud Kaneoya, 2008, p. 1)

Entretanto, devido a falta de registros sobre como os imigrantes japoneses receberam a nova cultura, não foi possível identificar suas primeiras impressões. Porém, durante a pesquisa, obtive acesso a um diário de bordo do Senhor Ryo Mizuno¹², traduzido pelo professor Masato Ninomiya, no qual, descreve sua experiência durante a viagem no Kasato Maru, relatada em forma de diário, do qual, extraí somente os relatos da primeira semana da viagem rumo ao Brasil no período de 28 de abril à 04

¹²Mentor da imigração japonesa e responsável pela remessa de imigrantes, através do seu diário de bordo relata alguns momentos a bordo do Kasato Maru, disponibilizado em www1.folha.uol.com.br.

de maio de 1908, e analisando suas impressões, em seu diário¹³, é possível perceber as dúvidas e preocupações tanto em relação à viagem quanto em relação ao que os esperavam.

28 de abril, Terça-feira, céu limpo. O vapor zarpou às 17h55. 29 de abril, Quarta-feira, céu limpo.

30 de abril, Quinta-feira, céu limpo. Às 10h avistou-se a ilha Suwase, a estibordo, tendo o vapor seguido o seu trajeto. Pouca chuva ao entardecer.

1º de maio, Sexta-feira, forte chuva pela manhã e depois céu limpo.

2 de maio Sábado, céu nublado. Avistou-se às 20h um farol giratório (Turn Abant).

3 de maio, Domingo, céu límpido. Avistaram-se as ilhas Kyodai (Irmas) ao meio dia. Avistou-se a ilha Raba às 15h30. Falou-se que por alguns dias não se avistará nenhuma ilha no trajeto.

4 de maio, Segunda-feira, céu límpido. O calor está se tornando cada vez mais intenso (...) (Mizuno apud Sayão, 2008, s/p).

Apesar do sonho de encontrar o “paraíso tropical”, pois essa era a imagem veiculada do Brasil para os japoneses, ao chegarem o que encontravam não condizia ao prometido, o que os esperava era uma vida difícil nas hospedarias para imigrantes e trabalho árduo e pouco remunerado nas fazendas de café, como cita Dezen (2008):

O governo paulista e o japonês souberam, desde então, vender muito bem a “visão do paraíso” do Brasil. Os imigrantes eram levados a acreditar que encontrariam um país de “clima bom, terras abundantes e férteis, como as árvores dos frutos de ouro”. Essas árvores eram, na verdade, os cafezais (Dezen, 2008, p. 25).

Entretanto, apesar dessa visão extremamente positiva veiculada pelos governos japoneses e brasileiros, nos registros pesquisados referentes à imigração, constam que os imigrantes intencionavam permanecer no Brasil provisoriamente, ou seja, pretendiam ficar somente o tempo necessário para ganhar o suficiente para retornar ao seu país com algumas economias. Sabiam, ainda, das dificuldades que enfrentariam, tanto em relação à língua como também em relação aos costumes que eram extremamente diferentes, mas as expectativas de trabalhar e retornar ao Japão com melhores condições financeiras, os motivavam a superar as dificuldades que se apresentavam.

¹³ Relato diário do senhor Ryo Mizuno, no qual, descreve suas impressões da primeira viagem no Kasato Maru rumo ao Brasil. Conferir no anexo IV relato na íntegra.

Além disso, durante o período de 1939 a 1945, no auge da imigração e da Segunda Guerra Mundial, os imigrantes japoneses que viviam no Brasil tiveram problemas relacionados à manifestação de sua cultura.

Os Decretos Presidenciais número 948¹⁴ de 13 de Dezembro de 1938 e número 1545¹⁵ de 25 de Agosto de 1939, validavam as propostas do governo. Nesse período, foram criados vários decretos para que, por meio deles, o governo brasileiro passasse a promover a assimilação e adaptação a uma cultura nacional dos estrangeiros e seus descendentes, pois a intenção era de nacionalização em todas as instâncias da sociedade, inclusive os imigrantes que aqui se encontravam.



Imagem III – mapa ilustrativo dos países aliados e dos países que faziam parte do eixo.

Extraído do site: www.google.com.br/maps em 20.03.11.

No período da Segunda Guerra (1939-1945), o Brasil apoiou o grupo dos aliados, enquanto o Japão fazia parte do grupo do eixo (Alemanha e Itália), ou seja, houve um rompimento nas relações diplomáticas entre Brasil e Japão e esse rompimento ocasionaram consequências desastrosas para os imigrantes japoneses que aqui se encontravam, segundo Takeuchi: “A partir desse momento, os nativos dos países do Eixo, como os japoneses, passaram a ser vistos oficialmente como perigosos espíões e inimigos potenciais do Estado” (Takeuchi, 2008, p. 39).

¹⁴ Conferir em anexo V o Decreto nº 948 de 13 de Dezembro de 1938 na íntegra.

¹⁵ Conferir em anexo VI o Decreto nº 1545 de 25 de Agosto de 1939 na íntegra.

Durante o desenrolar dos conflitos mundiais, além dos japoneses serem proibidos de entrar no Brasil, o governo passou a ser ofensivo com os imigrantes, pois os consideravam inimigos. Sendo evidenciado quando, o então, presidente do Brasil Getúlio Vargas (1937-1945), no período denominado Estado Novo estabeleceu medidas de repressão sustentadas por um aparato legal. Vários decretos presidenciais, que menciono no decorrer desse trabalho, foram criados com o objetivo de nacionalizar o país por meio da educação (Santos, 2006, p. 424).

Mesmo antes do início da imigração japonesa no Brasil, segundo Takeuchi (2008, p. 40), a questão racial já era debatida nos meios acadêmicos, políticos e diplomáticos. Havia uma forte corrente influente que acreditava na superioridade da raça branca (ariana) em detrimento das raças negra e amarela, e conseqüentemente, acreditavam que a imigração japonesa poderia prejudicar o importante e essencial “branqueamento” da população brasileira impedindo-o de se tornar um país civilizado e moderno. Como cita Schwarcz (1996):

O conjunto dos modelos evolucionistas não só elogiava o progresso e a civilização como concluía que a mistura de raças heterogêneas era sempre um erro, e levava à degeneração não só do indivíduo como de toda a coletividade (Schwarcz, 1993, p. 166-167).

Passado esse período de repressão aos imigrantes japoneses, decorrente da Segunda Guerra, o governo extinguiu as leis que os prejudicavam, e assim o fluxo imigratório voltou à normalidade. Para que possamos compreender o que representou esse período de repressão e qual foi a sua repercussão para os imigrantes e seus descendentes japoneses nos aprofundaremos na lógica da tradição japonesa, como também, na visão do que representa a educação e a escolarização para esse povo.

Capítulo II

A escolarização dos imigrantes japoneses: tradição cultural e adaptação à nova realidade

2.1. Tradição cultural, escolarização e educação para os imigrantes japoneses

No início, enfrentaram muitas dificuldades com o choque das culturas, dificuldades com a língua, alimentação, adaptação ao clima local, vinculação com a terra, socialização e, somando-se a isso, a dor da separação dos familiares que permaneceram no Japão e a ruptura com sua cultura, milenar e integrada ao indivíduo, e a convivência com o novo e desconhecido. A perda de referência levava a uma sensação de vazio e de sentimento de desamparo num espaço e tempo desconhecido (Deliberador, 2008, p. 7).

Os descendentes japoneses, os chamados Gai-jin, segundo Zagonel (2002) trazem características evidentes da cultura de seus antecedentes. Dentre esses traços a disciplina e a organização são aspectos marcantes nos japoneses, possível de ser observada em muitas de suas atividades. Entretanto, a autora acredita ser importante ressaltar, que quando falamos em disciplina oriental devemos entendê-la como esforço e persistência em relação aos objetivos propostos e não como obediência. Essa característica é desenvolvida na criança japonesa desde muito cedo, tanto na família como na escola.

Outro aspecto presente na cultura japonesa é a hierarquia, os japoneses se baseiam nela para organizarem suas vidas. O povo japonês cultivava um profundo respeito aos mais velhos e aos antepassados, incluindo os irmãos mais velhos, pais, avós e chefes.



*Imagem IV– família tradicional japonesa de 1928.
Disponível no site www.culturajaponesa.com.br acessado em 15/01/11.*

Além disso, outra característica importante para essa cultura é a preocupação com o grupo. O pensamento coletivo está presente na maioria das culturas orientais, entretanto, na cultura japonesa essa preocupação é evidenciada. Como cita Zagonel (2002):

Na cultura japonesa, significativamente a concepção do “eu” esta sempre relacionada ao outro e tem na família ou grupo o seu parâmetro. A estrutura familiar é baseada na orientação coletiva, isto é, os interesses da família ou do grupo vêm antes de qualquer interesse individual (Zagonel, 2002, p. 21).

Segundo Zagonel (2002, p.20), ainda, existe na cultura japonesa uma exacerbada valorização do sentimento de vergonha, cultivado no seio familiar, cabendo a mãe reforçar esse sentimento na criança por meio de humilhações e assim, coibir comportamentos considerados inadequados futuramente. Essa atitude da mãe, que a princípio, pode parecer severa tem como intenção preservar a integridade de seu filho e protegê-lo visando sua aceitação na comunidade, pois o indivíduo que denegrir sua herança, passa a ser excluído da comunidade chegando até mesmo à expulsão.

Na família japonesa, cabe a mãe a educação dos filhos, levando-os a refletirem constantemente sobre suas ações, pois acredita que seja, a partir dessa reflexão que aprenderão a distinguir o certo do errado. Cabe a mãe também o papel de cultivar o sentimento de persistência e determinação, sentimentos imprescindíveis na cultura japonesa.

A relação mãe e filho é muito intensa, através desse relacionamento as crianças aprendem a cultivar o respeito aos seus sentimentos e o dos outros, para assim, conviverem em suas relações sociais. Segundo Bettelheim (1998):

A mãe japonesa, quando seu filho não quer comer algo, pergunta para ele como está se sentindo o homem que cultivou aquele alimento, ou como se sentem aqueles alimentos rejeitados por ele. A criança japonesa “é encorajada não só a considerar os sentimentos dos outros – parte importante da socialização japonesa, (...) mas a refletir sobre seu comportamento, ao invés de limitar-se a obedecer ordens”.(Bettelheim, 1998, p. 91)

Diante de uma cultura tão peculiar como a oriental, em específico a cultura japonesa, vale refletir sobre o conceito de cultura sob uma ótica antropológica. Pois, segundo Laraia (2004):

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade. (Laraia, 2004, p. 45)

Atualmente, concordando com Laraia, a antropologia tem como um dos seus objetivos reconstruir o conceito de cultura, antes fragmentados em diversas concepções. Laraia destaca que, apesar das divergências em relação ao conceito de cultura, a antropologia moderna concorda entre si que cultura são padrões de comportamento socialmente transmitidos e compartilhados coletivamente, portanto, devido a diversidade e especificidade humana cada povo tem sua “visão de mundo”, seus princípios éticos, e portanto, conceitos próprios de cultura.

Assim sendo, para a compreensão dos princípios básicos da cultura japonesa é necessário conhecer a tradição cultural do indivíduo japonês, seus costumes, seus padrões de comportamentos sociais, seus valores éticos, dos quais, destaco a importância da educação para esse povo.

Os sentimentos de disciplina e hierarquia, traços marcantes dessa cultura, são cultivados desde criança e plenamente aplicados no processo de escolarização, sendo aproveitados de forma satisfatória para o desempenho acadêmico.

Os pais japoneses têm como prioridade a educação de seus filhos, não poupando esforços para o investimento nessa formação, mesmo que não tenham condições para tal. De acordo com estudos científicos que abordam a questão dos imigrantes e seus descendentes essa preocupação é uma característica peculiar desse grupo étnico. Como cita Demartini (2000):

Nas colônias japonesas essa preocupação pode ser constatada por meio da organização de associações que tinham por objetivo, em primeiro lugar, suprir a educação dos filhos e promover a cooperação entre os membros e a comunicação entre os núcleos coloniais existentes. Antes mesmo de sedes de associações para seus encontros comunitários e sociais, os japoneses procuravam construir a escola. Era aí que se reuniam para discutir os problemas da comunidade ou simplesmente comer e beber (Demartini, 2000, p. 45).

O pensamento individualista não é incentivado, as conquistas coletivas são priorizadas e decididas democraticamente, entretanto, o empenho e desempenho são promovidos pelos professores e as expectativas dos pais em relação à escola são de que ela desenvolva em seus filhos a persistência, a determinação, o esforço, a independência e a segurança. Segundo Deliberador (2008):

No sistema familiar japonês, os interesses individuais estão largamente subordinados à família como um grupo e o termo “individualismo” assume qualidades negativas, de atitude anti-social. O indivíduo é sempre visto como membro de uma família e não como entidade à parte, evitando responsabilidades pessoais e furtando-se às decisões individuais (Deliberador, 2008, p. 7).

Todo esse direcionamento familiar, como citado anteriormente, refletem tanto na trajetória escolar como na vida adulta do indivíduo determinando seu desempenho profissional.

Em estudos realizados por Demartini (2000, p.65), nos quais analisou relatos orais de famílias de imigrantes e seus descendentes, apreendeu vivências educacionais desses grupos. Em sua análise, priorizou as escolas e a forma de ensino presente nessas instituições concluindo que, inicialmente, as escolas particulares tinham como principal objetivo a preservação da cultura e dos valores japoneses, mas também o de suprir as deficiências presentes no sistema educacional brasileiro.

Em sua análise Demartini, concluiu, ainda, que essas escolas eram fundadas por diferentes grupos e objetivos, porém, de modo especial, as escolas religiosas eram

criadas como tentativa de integrar os japoneses à cultura nacional. Não havia um padrão unificado de escola, identifiquei quatro tipos de escolas diferenciados, como enumera:

- 1) as escolas surgidas da união de famílias, que parecem ter sido o tipo mais comum; surgem em virtude dos esforços e interesses dos pais em proporcionarem certo grau de escolaridade aos descendentes. Como exemplos temos a escola da colônia de Itaquera e a Escola Nipo-Brasileira;
- 2) as escolas fundadas por indivíduos com recursos para atender à demanda por educação da comunidade japonesa, como a Escola de Corte e Costura Akama; as escolas criadas por entidades religiosas
- 3) as escolas criadas pelas companhias de imigração;
- 4) as escolas criadas por entidades religiosas (Demartini, 2000, p. 65).

Conhecer como foi instituída a escolarização para os imigrantes japoneses, acredito, seja de grande contribuição para a compreensão de como são percebidas pelos imigrantes e seus descendentes as questões relacionadas à escolarização e à educação.

No campo da educação, Demartini pesquisou ainda, a estruturação de uma rede de escolas japonesas comparando-as com o sistema público estadual. Pesquisou as estratégias das comunidades japonesas na tentativa tanto de apreender as dificuldades e possibilidades relacionadas à manutenção da cultura japonesa quanto para a busca de uma cultura nacional, tendo como pontos relevantes a prática de uma educação igualitária dentro de um contexto socioculturais diferente.

Para isso, realizou entrevistas com professores que conviveram com esse grupo de imigrantes e pessoas de gerações sucessivas de ambos os sexos, e de famílias japonesas ou descendentes trabalhadoras de áreas rurais e urbanas de São Paulo. No levantamento apresentado por Demartini (2000), baseados nos dados organizados pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, de cada 45 imigrantes que desembarcaram no Porto de Santos no período entre 1908 a 1932, 89,9 por cento, no caso dos japoneses, tinham mais de 12 anos e não eram analfabetos. Quanto ao fluxo migratório foram registrados os seguintes números.

Percentual de imigrantes que desembarcaram no Porto de Santos em São Paulo entre 1908 a 1932

Procedência	Idade	Percentual
Alemanha	Acima de 12 anos	91,1%
Japão	Acima de 12 anos	89,9 %
Itália	Acima de 12 anos	71,36%
Portugal	Acima de 12 anos	51,7%
Espanha	Acima de 12 anos	46,3 %

Tabela organizada por mim, a partir de levantamento realizado pela autora (Demartini, ibidem).

A partir desse levantamento foi possível constatar que, os imigrantes japoneses eram o segundo povo, dentre os imigrantes, com o maior número de indivíduos alfabetizados. O levantamento estatístico se refere a imigrantes de diversas procedências com idade acima de 12 anos e não-analfabetos.

Segundo Demartini (2000), esses dados estatísticos podem sinalizar o porquê dos imigrantes japoneses rapidamente perceber que a instrução seria a opção adequada para a superação de suas dificuldades advindas de todo o processo imigratório. Seu alto grau de escolaridade, superado somente pelos imigrantes alemães, podem ter influenciado de forma significativa na forma como se posicionaram em relação à educação no Brasil.

De acordo, ainda, com os estudos realizados por Demartini (2000, p.45), este foi um dos fatores relevantes para que os imigrantes percebessem logo ao chegarem que a educação no Brasil era vista de forma diferente, e percebessem que o governo brasileiro não se posicionava de forma adequada em relação à educação, pois, havia um baixo investimento nessa área, e assim, deram início eles próprios a construção de escolas para seus filhos, mais tarde, através de convênio principalmente com o governo estadual e municipal de São Paulo, passando a integrar essas escolas japonesas ao sistema público de educação, as quais, devido a acontecimentos que analisarei no próximo capítulo, passaram a ser denominadas escolas nipo-brasileiras.

Para o aprofundamento do significado de educação para os japoneses e para traçarmos a trajetória das primeiras práticas escolares adotadas no Brasil recorreremos à análise histórica da imigração japonesa no Brasil, realizada por Setoguti (2008, p. 1163), que compreende ser o período de 1908 a 1923, caracterizado pelo início da imigração japonesa e marcado pelo processo de ajustamento dos primeiros imigrantes.

Para Setoguti, a preocupação dos imigrantes era ganhar dinheiro e retornar ao seu país, aspecto demarcado no início desse trabalho. Entretanto, outra preocupação presente entre os primeiros imigrantes era em relação ao encaminhamento dos seus filhos à escola formal, preferiam manter a escolarização das crianças restrita ao ensino doméstico realizado de forma simples e informal visando suprir somente carências básicas, enfatizando conhecimentos referentes à sua cultura.

Nos depoimentos dos filhos destes imigrantes encontrados na bibliografia, há freqüentes menções à atuação das famílias na iniciação das crianças no mundo das letras e da matemática

elementar. Neste aspecto, o processo de ensino e aprendizagem era bastante simples, informal e seu objetivo principal era suprir a interrupção na socialização e escolarização das crianças, que se havia dado com a vinda para o Brasil. A *intenção das famílias* era de que os filhos, quando do regresso, pudessem com a escolarização adquirida aqui, ainda que precária, (re)integrar-se na sociedade de origem sem sofrer discriminações ou enfrentar grandes dificuldades (Setoguti, 2008, s/p).

A preocupação acentuada dos orientais em relação à educação se deve, também, ao fato de que a sociedade japonesa tem uma forte tendência à exclusão de indivíduos “diferentes”. Além disso, segundo Setoguti (2008), independentemente das diversas expectativas do povo japonês em relação à educação, acredita que:

Os esforços para investir na formação escolar dos filhos têm raízes numa curiosíssima forma de os japoneses conceberem o mundo, embora nem sempre consciente. A realidade exterior, palpável, é frágil, vulnerável e capaz de ruir a qualquer momento. Este pensamento formou-se, segundo White (1988), em decorrência de certas características naturais do Japão, visto que, além de ser um pequeno arquipélago, pobre em recursos naturais, é freqüentemente castigado por tufões, enchentes, terremotos, maremotos, mudanças repentinas de temperatura, etc. Por isso, os japoneses convivem com a idéia de uma iminente destruição (White apud Setoguti, 2008, p. 1170).

Segundo, relatos coletados por Setoguti (2008, p.1166), a preocupação com a educação dos filhos estava sempre muito presente entre os isseis¹⁶, pois devido à expectativa de retorno ao Japão, necessitariam estar com o aprendizado da língua nipônica perfeitamente apreendida, do contrário seriam discriminados e não aceitos em seus grupos. Entretanto, o período compreendido entre 1924 a 1941 foi um período de constatação à nova realidade, nesse período os imigrantes começaram a perceber que a possibilidade de retorno se tornava cada vez mais distante, e que as ilusões em relação ao enriquecimento no Brasil, também, não se realizaria, sendo assim, a partir da década de 1920, os imigrantes começaram a se estruturar de acordo com as novas possibilidades que o momento econômico brasileiro os permitia, principalmente, na cidade de São Paulo, onde se concentrava a maioria dos imigrantes. A crescente expansão da economia, a industrialização e urbanização da cidade fizeram surgir novas e importantes oportunidades de trabalho para os imigrantes japoneses. A cidade de São Paulo passa a ser o palco de um processo crescente de transformação. Inúmeras

¹⁶Primeira geração de japoneses no Brasil.

atividades urbanas surgem possibilitando oportunidades nos ramos da tinturaria, feira, empório, hotelaria, peixaria, fotografia, alfaiataria, lavanderia e outros, fazendo com que os imigrantes vissem nesses ramos a oportunidade de se estabelecerem por conta própria sem a necessidade de grandes investimentos.

Aproveitando o momento, os imigrantes iniciavam essas atividades utilizando somente a força do trabalho familiar. Segundo Maeyama (1973):

Por explorar basicamente a força de trabalho familiar e por permitir que seus membros vivessem agregados numa mesma casa, direcionando suas energias para um único fim, a dedicação a essas atividades possibilitou aos imigrantes japoneses a criação de uma poupança familiar que, por sua vez, permitiu liberar membros da família para a aquisição de uma formação escolar mais elevada (Maeyama, 1973, p. 262).

No campo, a oportunidade de ascensão econômica para os imigrantes também contribuiu para que a idéia de retorno fosse repensada. Muitos imigrantes japoneses se beneficiaram dos incentivos da política do governo, oferecidas para a colonização do oeste paulista, e prosperaram cultivando cereais, legumes e hortaliças.

E, por outro lado, devido a acontecimentos internacionais, no Japão se configurava uma grave depressão econômica, fazendo com que esses acontecimentos tanto os nacionais como os internacionais, reforçassem a idéia de adiamento de retorno dos imigrantes japoneses ao seu país. Além disso, o governo japonês reforçou o incentivo a fixação das famílias nipônicas no Brasil, de forma contundente, pois naquele momento, essa era a melhor opção para que se amenizasse a crise social que se encontrava o país.

Portanto, devido a todos esses fatores que propiciavam a permanência dos imigrantes japoneses no Brasil, e ficando, cada vez, mais distante o desejo de retorno perceberam que havia a necessidade urgente de suprir as inquietações ocasionadas pela falta de ingresso das crianças nas escolas, e essa necessidade foi suprida de forma peculiar.

2.2. As primeiras escolas nipo-brasileiras

Em 1915, surgem as primeiras escolas japonesas, a princípio, de forma simples e precária. Nelas eram ministradas disciplinas, em sua maioria, voltadas à cultura japonesa. Além da língua materna, eram ministradas disciplina como moral, caligrafia, história do Japão e até mesmo história do Brasil, essa, com o objetivo de conhecer o país onde se encontravam. A primeira escola japonesa no país, Escola Taisho Shogakko¹⁷, localizava-se no Bairro da Liberdade na cidade de São Paulo.

Em relatos de algumas experiências educacionais recolhidas por meio da memória de um dos entrevistados, Setoguti (2008, p. 6), descreve que a organização das escolas japonesas, seguiam critérios bastante específicos. As primeiras escolas eram construídas de forma simples, que se assemelhavam à barracões. Cada região possuía a sua, construída em regime de mutirão pelos homens do núcleo. Os professores escolhidos eram os que tinham maior escolaridade no Japão. O salário era pequeno, mas o escolhido para professor não precisava trabalhar na lavoura, os pais dos alunos os substituíam.

A partir, dessa primeira escola, outras surgiram, a princípio, nas casas dos imigrantes, conforme ilustração a seguir, porém, na década de 1930, houve uma acentuada expansão das escolas japonesas, todas, ainda, tendo como objetivo principal ensinar o idioma e a educação seguindo o modelo japonês aos filhos dos imigrantes, ainda, com a intenção de retorno ao Japão.

¹⁷ Instalada em uma modesta casa na Rua Conde de Sarzedas, número 38 propriedade e residência do Senhor Shinko Myiazaki, conhecido como primeiro professor da comunidade nipo-brasileira.



*Imagem V – Uma das primeiras escolas de imigrantes, no município de Promissão – SP (1915).
Retirada do site www.riachogrande.net em 07/06/11*

Essas escolas, chamadas pelos japoneses de “nihon gakko”, eram os espaços onde os imigrantes transmitiam para os seus descendentes seu pensamento em relação à importância da educação para a promoção social e civilizatória. Os imigrantes japoneses ao chegar traziam uma mentalidade extremamente favorável à educação, resultado do processo de universalização da educação fundamental no Japão, o qual, torna-se arraigado na estrutura social, e conseqüentemente, passando a ser um dos principais elementos de valorização tanto pelo Governo como para a sociedade em geral.



*Imagem VI - Escola japonesa “nihon-gakko”, em São Paulo, já dentro de outra estrutura física. (1930).
Retirada do site www.madeinjapan.uol.com.br em 07/06/11.*

Setoguti, (2008, p.1172), em seu trabalho cita a relevância que os imigrantes japoneses vêem a educação, e ressalta que essa forma de perceber a educação está relacionada à sua herança cultural, adquirida por experiência histórica..

Em razão de eles próprios terem vindo de um país em que deixar de ir à escola era uma atitude considerada marginal, no Brasil, procuraram, por todos os meios, criar as suas escolas. De início, quando ainda acalentavam o sonho do regresso, investiram na construção de escolas japonesas. Mas tarde, após a derrota do Japão na II Guerra, conscientizaram-se de que o retorno seria impossível, e assim passaram a investir na formação dual: a escolarização japonesa e a escolarização brasileira.(Setoguti, 2008, p.1172)

Segundo Setoguti, ainda, a expansão das escolas japonesas as “nihon-gakko”, coincidem com o auge da imigração japonesa, no ano de 1925, momento em que o governo japonês subsidiou a emigração de forma permanente. Sendo assim, as famílias de japoneses que aqui chegavam traziam consigo suas crianças, já cientes de que deveriam permanecer um período maior no Brasil, diferentemente, dos seus antecessores.

Os dados da pesquisa realizada por Setoguti (2008) são importantes porque nos auxiliam a compreender o pensamento dos imigrantes em relação à escolarização e educação, e justificam o aumento rápido dessas escolas, seguindo primeiramente aos moldes japoneses, e mais tarde, passando a ser incorporadas ao seu currículo matérias específicas da educação dos brasileiros que visavam formar o cidadão nacional, como aprofundarei essa idéia no terceiro capítulo desse trabalho.

Medidas governamentais, como o decreto número 868¹⁸ de 18 de novembro de 1938, contribuíram para a transformação curricular das escolas antes fundamentalmente japonesas, e de acordo com a nova lei, passa a definir ações que visavam a nacionalização:

Art. 2º Compete à Comissão Nacional de Ensino Primário:
b) Definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira.

¹⁸ Conferir em anexo VII o Decreto nº 868 de 18 de Novembro de 1938 na íntegra.

Durante o período compreendido entre 1920 e 1938, momento que acontece a compulsória em 1938, no Governo Vargas, as escolas organizadas de acordo com um currículo específico, ministrado na língua de origem da comunidade, passam a se integrar ao processo de nacionalização.

Capítulo III

Implantação das escolas nipo-brasileiras e o projeto de nacionalização da Era Vargas (1937-1945)

3.1. Projeto de Nacionalização do Governo Vargas

O "abrasileiramento" destes núcleos de imigrantes era visto como um dos elementos cruciais do grande projeto cívico a ser cumprido através da educação, tarefa que acabou se exercendo de forma muito mais repressiva do que propriamente pedagógica, mas na qual o Ministério da Educação se empenharia a fundo (Lourenço Filho, apud Schwartzman; Bomeny; Costa; 2000, p. 93).

O Projeto de Nacionalização elaborado no período do Estado Novo (1937-1945), tinha como cunho o ideal nacionalista orientado pela modernização. O projeto implementado por diversos atos governamentais, dentre esses destaco abaixo os que considero de maior relevância na questão, resultam em ações transformadoras para a educação brasileira.

Desde 1934, o Ministério da Educação e Saúde, tendo como Ministro Gustavo Capanema¹⁹, buscava, instituir medidas que promovessem a educação brasileira. Tais medidas, Visavam a nacionalização da educação. Vários decretos foram determinantes para que acontecesse a transformação dos currículos das instituições educacionais.

Dentre esses decretos, destaco o Decreto Lei número 383²⁰ expedido em 18 de abril de 1938, no qual, proibia a participação dos estrangeiros nas atividades políticas no Brasil; O Decreto Lei número 639²¹ de 20 de Agosto de 1938 que modifica o Decreto Lei número 406, de 4 de maio de 1938, decreto que criou o Conselho de Imigração e Colonização que regulamentou o ingresso e permanência de estrangeiros; o Decreto Lei número 868²² de 18 de novembro de 1938, no qual foi instituído a Comissão Nacional de Ensino Primário, tendo como uma de suas atribuições a nacionalização do ensino nos núcleos de estrangeiros. O Decreto Lei número 948²³ de 13 de dezembro de 1938, que

¹⁹ Advogado e político brasileiro, nasceu em Minas Gerais em 1900, ministro da educação e saúde pública do governo de Getúlio Vargas (1934-1945).

²⁰ Conferir anexo VIII em que apresento o Decreto Lei nº 383 de 18 de Abril de 1938.

²¹ Conferir anexo IX em que apresento o Decreto Lei nº 639 de 20 de Agosto de 1938.

²² Conferir anexo VII em que apresento o Decreto Lei nº 868 de 18 de Novembro de 1938.

²³ Conferir anexo V em que apresento o Decreto Lei nº 948 de 13 de Dezembro de 1938.

estabeleceu as medidas relacionadas a promoção da assimilação dos imigrantes sendo a nacionalização dos seus filhos da competência do Conselho de Imigrantes e Colonização e o Decreto Lei número 8.529²⁴ de 2 de janeiro de 1946, que previa a unidade de organização e direção dos estabelecimentos públicos e particulares em um único sistema escolar.

Todos esses decretos, mencionados acima, continham em seu corpo medidas legais que objetivavam a nacionalização da educação como ideal modernista. Sustentados por todo um aparato legal, influenciaram tanto a realidade das escolas como de suas comunidades. As medidas impostas pelo Governo Vargas controlavam as escolas primárias no Estado Novo, por meio dos seus currículos e dos seus saberes que passaram a serem direcionados para a nacionalização, e por fim o Decreto Lei número 1.545²⁵ de 25 de agosto de 1939, que dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Como cita Santos (2006):

No dia-a-dia das escolas primárias situadas nas comunidades sulinas de imigração alemã, o currículo foi o veículo de introdução de práticas pedagógicas de cunho nacionalistas. Especialmente naquelas antigas escolas alemãs alguns elementos de ação educativa foram mais visados. No que se refere à administração das escolas, esta agora somente poderia ser realizada pelo comando de brasileiros natos. Tal medida implicou a impossibilidade de funcionamento de algumas unidades, que encerraram suas atividades. Isto porque as antigas escolas eram administradas por comunidades ou sociedades escolares, às vezes vinculadas à igreja luterana, cujos dirigentes eram respeitáveis membros da sociedade local, quase sempre imigrantes das primeiras gerações que sequer falavam a língua portuguesa. Aliás, a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa pelos professores foi outra transformação imposta, que desencadeou um problemático processo de substituição de docentes. Porque nas áreas mais afastadas, os professores tinham de residir nas comunidades, estabelecendo vínculos sociais que superavam as relações em torno da escola. A vinda de um sujeito estranho à localidade acabava implicando em rejeições pelos moradores e dificuldades de adaptação dos recém-chegados (Santos, 2006, p. 424).

²⁴ Conferir anexo X em que apresento o Decreto Lei nº 8529 de 02 de Janeiro de 1946.

²⁵ Conferir anexo VI em que apresento o Decreto Lei nº 1545 de 25 de Agosto de 1939.

O projeto educacional do governo, segundo Lourenço Filho²⁶, e aqui citado por Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), tinha como base transformar a sociedade e torná-la uma sociedade homogênea.

Homogeneizar a população, dando a cada nova geração o instrumento do idioma, os rudimentos da geografia e da história da pátria, os elementos da arte popular e do folclore, as bases da formação cívica e moral, a feição dos sentimentos e idéias coletivos, em que afinal o senso de unidade e de comunhão nacional repousam (Lourenço Filho apud Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 93).

Entretanto, esse era um objetivo conflitante, pois a padronização do ensino e unidade de currículos e programas seriam incompatíveis, pois, o projeto nacionalista tinha como meta abranger todas as esferas da população, e encontrando-se o país no auge do processo de imigração, esse projeto também deveria se estender aos imigrantes estabelecidos em território nacional, e esse foi um dos obstáculos encontrados para sua implantação, pois havia no interior do país muitas colônias de imigrantes que resistiram à proposta. Entretanto, o projeto nacionalista imposto pelo Governo Vargas, se apresentava firme no propósito de nacionalizar a população, determinando a obrigatoriedade de que os imigrantes também deveriam responder às novas regras e normas que visavam a nacionalização do país.

3.2.O Projeto Nacionalista da Educação e o surgimento das escolas nipo-brasileiras

Com o objetivo de analisar a implantação das primeiras escolas nipo-brasileiras, retornarei às condições sociais presentes no período histórico da Era Vargas, para assim, traçar um paralelo entre o momento histórico e a implantação dessas escolas.

Considerando o processo nacionalista de forma geral, ou seja, sob a ótica econômica, política e social do país é possível relacionar nacionalização e educação, pois, a rearticulação das diretrizes educacionais, nesse período, tendo como base a nacionalização, se consolidou respondendo ao sistema econômico vigente, o sistema

²⁶ **Lourenço Filho**, educador brasileiro conhecido, sobretudo, por sua participação no movimento dos pioneiros da Escola Nova. Foi duramente criticado por ter colaborado com o Estado Novo de Getúlio Vargas. Sua obra nos revela diversas facetas do intelectual educador, extremamente ativo e preocupado com a escola em seu contexto social e nas atividades de sala de aula. Retirado do site <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/lourenco-filho/lourenco-filho-1.php> em 20.03.11.

capitalista que previa como garantia de desenvolvimento econômico do país a unidade.

Como cita Brito (2006):

Todas as medidas adotadas e aquelas projetadas para o futuro do país tinham como eixo central o entendimento, pelo governo brasileiro, de que o desenvolvimento econômico era a base para a unidade e a garantia de manutenção da segurança nacional, em dois sentidos: internamente, na medida em que permitiria a integração das diversas regiões do país, afastando motivos para possíveis discordâncias nascidas das disparidades locais, e externamente, porque fortaleceria as posições econômicas e sociopolíticas brasileiras frente a outras nações (Brito, 2006, p. 7).

Paralelamente, surge uma nova ideologia educacional, que percebeu a importância da escola na reconstrução da sociedade brasileira, promovendo dessa forma o seu desenvolvimento. Essa nova ideologia percebe que a modernização do país economicamente dependeria de ações mais ampliadas, ou seja, todas as esferas da vida social, inclusive e principalmente, a educacional, deveriam ser reformadas.

Segundo Brito (2006, p. 7), mesmo que, anteriormente, em decorrência do processo de industrialização já tivesse acontecido um crescimento acentuado das escolas para atender a necessidade do país, essas deveriam ser reorganizadas internamente e reformulados seus currículos, de forma que, uma nova sociedade surgisse.

Os projetos do Ministério da Educação e Saúde do governo Vargas, voltados para a nacionalização da educação foram marcados, segundo Brito (2006, p. 7), ainda, por um discurso que se preocupava com a construção da nacionalidade, valorização da brasilidade e afirmação da identidade nacional brasileira. Entretanto, alguns obstáculos deveriam ser vencidos: O primeiro seria o combate ao regionalismo, padronizando o ensino e criando uma educação com bases nacionais. O segundo obstáculo a ser vencido seria minimizar a presença estrangeira nas áreas de colonização, por meio de políticas baseadas na nacionalização do elemento estrangeiro, abasileirando-os (Bomeny, 1999, p. 151).

As políticas de nacionalização do ensino, no tocante aos estrangeiros, devido ao clima de guerra estabelecido no final dos anos 1930, se transformaram em uma questão de Segurança Nacional.

A maior expressão estrangeira no Brasil era formada por núcleos coloniais alemães, italianos e japoneses oriundos de países considerados, naquele momento, inimigos. Esses núcleos foram os mais atingidos.

No projeto de nacionalização do governo Vargas diversas ações foram instituídas, dentre essas ações, destaco, o decreto nº 1545²⁷ de 25 de agosto de 1939, no qual, considero o de maior impacto desse projeto, pois menciona o incentivo à construção de escolas públicas em áreas colonizadas por estrangeiros e o estímulo ao patriotismo. Nesse decreto, constava a determinação do uso da língua nacional em todos os espaços sociais brasileiro, ou seja, ficava explícita a não aceitação tanto do uso da língua nativa dos estrangeiros em território nacional, como também, no referente às escolas de imigrantes, que deveriam ser organizadas e administradas por brasileiros.

Segundo Geraldo (2009, p.186), essas medidas foram elaboradas devido à preocupação presente durante o Estado Novo, de que esses indivíduos se organizassem em seus núcleos “em torno do nazismo ou do niponismo” podendo representar uma grande ameaça à segurança nacional.

No caso dos imigrantes japoneses, tanto a proibição do uso da língua materna em espaços públicos, como a obrigatoriedade de que a estrutura tanto administrativas como pedagógicas de suas escolas fossem exclusivamente dirigidas por brasileiros, fizeram com que, as escolas que antes eram genuinamente japonesa se transformassem em escolas nipo-brasileiras. Como cita Brito:

Entre 1938 e 1939, o governo brasileiro procurou inviabilizar as escolas étnicas diferenciadas, tomando várias medidas, como a colocação de nomes brasileiros nas escolas localizadas nas colônias; a exigência de que brasileiros natos estivessem presentes em suas direções, bem como em seus quadros docentes; a obrigatoriedade do uso do português como língua escolar, ficando vetado o ensino de língua estrangeira para menores de 14 anos; a proibição de subvenções e auxílios para escolas estrangeiras. (Brito, 2006, p.21)

Todas essas ações contribuíram para que as escolas étnicas fossem gradativamente sendo fechadas, e em seu lugar surgissem escolas públicas adaptadas à nova proposta de educação. Nos Estados, como Paraná, por exemplo, atendendo a esse projeto foram fechadas 78 escolas particulares estrangeiras e abertas 70 escolas públicas, o motivo dessa substituição estava no incentivo do governo, pois, os estados que aderissem à proposta recebiam auxílios especiais para a construção de escolas nas comunidades de imigrantes, em contrapartida, as escolas particulares poderiam

²⁷ Conferir anexo VI em que apresento o Decreto nº 1545 de 25 de Agosto de 1939 na íntegra.

funcionar, porém deveriam obedecer às exigências constantes no decreto nº 6.149 de 10 de janeiro de 1938. Dentre essas exigências, destaco:

- a) Discriminação do local de funcionamento, dos cursos, das disciplinas ofertadas, dos programas, número de alunos e professores (Art. 4º).
- b) Provar que os professores de Português, História e Geografia fossem brasileiros natos e diplomados por instituição nacional (Art. 4º).
- c) Ministrando o ensino primário em língua nacional, assim como também o jardim de infância (Art. 5º).
- d) Fazer escrituração em língua nacional, ensinar e cantar diariamente o Hino Nacional e o Hino da Bandeira.

Diante das restrições e imposições previstas para o funcionamento das escolas étnicas particulares, gradativamente, essas escolas foram sendo substituídas por escolas públicas, que por fim, fecharam definitivamente suas portas, e aos imigrantes já estabelecidos, restou apenas a conformação e adaptação às regras e normas do governo Vargas.

3.3. Imigrantes japoneses: a assimilação e a nacionalização da educação

Diante do projeto do Governo Vargas de nacionalizar o país, muitos desafios se apresentavam. Um desses grandes desafios consistia na padronização do ensino no país, pois, como já mencionado anteriormente, estando o país no auge da imigração, ao chegarem, esses indivíduos eram direcionados aos núcleos de estrangeiros nas zonas de colonização, e nesses núcleos implantavam seus sistemas próprios de educação, geralmente, em suas línguas nativas e voltados à cultura de seu país de origem, esses núcleos eram considerados de “difícil assimilação” (Geraldo, 2009, p.172).

Para acelerar o processo de assimilação dos estrangeiros, o Governo Vargas criou uma Comissão de Imigração, na qual, sugeriu a criação de um órgão de controle e centralização da entrada dos imigrantes e também o direcionamento controlando a distribuição, fixação e assimilação desses cidadãos no território nacional, para facilitar o controle do processo migratório. As políticas de assimilação de estrangeiros, já se encontravam presentes mesmo antes das propostas do governo Vargas, segundo Ocada (2006):

A concepção homogeneizante de nação está subentendida na própria peculiaridade do conceito de assimilação apropriado pelo nacionalismo. Sob influência doutrinária das teorias raciais as palavras assimilação e miscigenação passaram a ser empregadas na discussão dos problemas da imigração, indiferenciadamente, para falar de formação nacional herdada do colonizador português, cujo referencial é o mito das três raças (Ocada, 2006, p. 152).

A crescente preocupação com os núcleos de colonização onde os imigrantes encontravam-se organizados em associações voltadas às suas culturas, acirraram os debates sobre “assimilação” dos estrangeiros à cultura nacional. Entretanto, segundo Geraldo (2009):

Os núcleos de colonização onde os imigrantes haviam organizado escolas, igrejas, imprensa e associações que contribuía para a preservação da língua e costumes, bem como de sua transmissão aos seus descendentes, dando origem a minorias que foram denominadas pejorativamente como “quistos étnicos”, “quistos raciais” ou “zonas desnacionalizadas” (Geraldo, 2009, p. 174).

Este período vivenciado pelos imigrantes foi um momento de muitas dificuldades. Na política de assimilação do projeto nacionalista, o “abrasileiramento” dos estrangeiros buscava uma sociedade homogeneizada, uma identidade nacional. Como cita Santos (2000):

Com a implementação das políticas educacionais de intenção nacionalistas, a docência, particularmente, foi foco de projeto ideológico e de seus intentos educativos, criando condições para que os professores agissem como veiculadores da nacionalização, objetivando tornar as crianças potenciais cidadãos e valorosos patriotas, buscando “abrasileirá-las”. (Santos, 2000, p.419)

Considerações finais

Ao final desse trabalho, no qual, me dediquei a pesquisar a imigração japonesa, recortando um período tão importante da história brasileira como a Era Vargas, e relacionando esse período ao atual, percebo que nos encontramos mais próximos de termos uma escola em que seu currículo possa expressar a especificidade e diversidade humana. O projeto de nacionalização Getulista, nos leva a reflexões e questionamentos em relação à um currículo, no qual, a base esteja no respeito e na democracia.

Refletindo sobre a forma como os povos orientais se comportam em relação a sua cultura, me ocorreram alguns questionamentos. Será que nós brasileiros temos conhecimento das nossas raízes? Será que reconhecemos a influência e a importância dos nossos antepassados? Será que valorizamos realmente o nosso país, mesmo com todos os problemas sociais, políticos e econômicos? Será que sabemos reconhecer e valorizar o que realmente faz parte da nossa cultura?

Hoje, podemos presenciar a contramão do que aconteceu no início do século XX. Muitos brasileiros descendentes de japoneses, os *dekasseguis*²⁸, estão deixando o país e voltando para terra dos seus antepassados, o Japão, com o mesmo interesse que fizeram com que seus ancestrais aqui chegassem. E da mesma forma que acontecera antes, repetem a mesma trajetória de desilusões e frustrações. Além dos problemas relacionados à adaptação aos costumes, ao saírem do Brasil vislumbram a possibilidade de trabalharem em grandes multinacionais. Entretanto, ao chegarem a realidade é outra, o que conseguem são trabalhos sem vínculo empregatícios com contratos temporários e carga horária exaustivas e desumanas.

Em relação ao projeto nacionalista do governo Vargas, a proposta de criar uma educação com bases nacionais, proposta presente desde a década de 1920 nos discursos dos reformadores da Escola Nova, foi uma proposta baseada em conceitos que correspondiam ao momento que se encontrava o país. Atualmente, a partir de experiências históricas passadas, percebemos ser impossível concebermos uma escola que em seu currículo não seja possível a expressão da complexidade dos seres humanos e sua pluralidade. Além disso, sendo o Brasil um país de grande extensão territorial. Como unificar as diversidades regionais existentes?

²⁸ Palavra japonesa que tem como significado “trabalhador temporário”.

Hoje, percebemos que existe um grande esforço para que as diferenças sejam respeitadas. As comunidades de imigrantes de modo geral, diferentemente, do que aconteceu no governo Vargas, podem expressar sua cultura livremente, comprovando o reconhecimento da diversidade cultural existente no Brasil, e o mais importante, os currículos escolares, hoje, são considerados “expressão de culturas escolares de caráter étnico”(Santos, 2000, p. 429).

Durante a pesquisa foi inevitável a comparação entre a cultura oriental e a cultura ocidental, entretanto, reconhecer as diferenças existente entre as culturas e respeitá-las, pode representar um grande aprendizado para nossas crianças e jovens, fazendo assim, com que sejam educados numa perspectiva, libertadora e humanizadora, e cada vez mais, possamos contemplar uma sociedade mais justa, solidária e livre de preconceitos.

Referências Bibliográficas:

ANDO, Zempati; WAKISAWA, Katsunori, “Sinopse histórica da imigração japonesa no Brasil. In: *O japonês em São Paulo e no Brasil. Relatório do simpósio do 60º. Aniversário da imigração Japonesa para o Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo Brasileiros, 1971.

ARAÚJO, Mairce da Silva; SALVINO, Reinaldo Henrique; RODRIGUES, Vânia Lucia da S, “Catando memórias: Produzindo outras versões da História”. II Colóquio Práticas de Ensino e Formação de Professores: “Tecendo Experiências e Saberes”. FFP/UERJ-Caderno de resumos. São Gonçalo CD-room, Nov/2008.

BETTELHEIM, Bruno, “Uma vida para seu filho”. Rio de Janeiro: Campos, 1988.

BONDIA, Jorge Larossa, “Notas sobre a experiência e o saber da experiência”. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2002. Disponível em <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital> acesso em 30/11/10.

BRITO, Silvia Helena Andrade de, “Navegando na história da educação brasileira, a educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945)”. São Paulo: Unicamp, 2006. Disponível em www.histedbr.fae.unicamp.br acesso em 05.11.10.

DELIBERADOR, Luzia Mitsue Yamashita, “A influência da Cultura Japonesa no Comportamento Nisseis da Geração de Cinquenta e Sessenta anos e seu Engajamento no Trabalho Voluntário”, In: *Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*. Paraná: 2008.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri, “Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: Elementos para a história da educação brasileira”, In: *Educação & Sociedade: Ano XXI, nº 72, Agosto/2000*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4193.pdf> acesso em 20/03/11.

DEZEN, Rogério, “Desafiando a barreira do preconceito”, In: *História viva: Japão: 500 anos de história: 100 anos de imigração*. São Paulo: Duetto Editorial, 2008)

GERALDO, Endrika, “O combate contra os ‘quistos étnicos’: Identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo”, In: revista de história, v.14, n.1, Juiz de Fora, 2009. Disponível em www.ufjf.br acesso em 01/02/11.

GOMES, Marcelo Abreu, Geografia Física de Conceição de Macabu, Conceição de Macabu: Gráfica e Editora Poema, 1998. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Concei%C3%A7%C3%A3o_de_Macabu acesso em 16/12/10.

KANEOYA, Iochihiko, “Pequeno histórico da imigração japonesa no Brasil – Primeiras impressões dos brasileiros”. São Paulo: Nipocultura, 2008. Disponível no site www.nipocultura.com.br acesso em 15/01/10.

LARAIA, Roque de Barros, “Cultura: um conceito antropológico”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MAEYAMA, Takashi, “O antepassado, o imperador e o imigrante: religião e identificação de grupo dos japoneses no Brasil rural (1908-1950)”. In: *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

MANZINI, Gabriela, “Sem querer, governo de SP acha lista de passageiros do Kasato Maru”. São Paulo: A folha de São Paulo on line, 2008. Disponível em <http://www.1.folha.uol.com.br> Acesso em 16/10/10.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha, “Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil. Centro de Estudos Nipo-Brasileiro”. Ed. Massao Ohno, 1984.

OCADA, Fábio Kasuo, “Uma reconstrução da memória da imigração japonesa no Brasil”, In: *Teoria & pesquisa* nº 49, Ed. jul/dez /2006.

SANTOS, Ademir Valdir dos, “O Currículo da escola primária no Estado Novo: O abasileiramento infantil”. Paraná: PPGED, 2006. Disponível em www.schwartzman.org.br acesso em 25/10/10.

SAYÃO, Thiago, “folha da memória – Imigrantes japoneses no Brasil”, In: “*A folha*”, ano 1, nº 9 , 2008. Disponível em www.1.folha.uol.com.br/fsp/especial acesso em 15/01/11.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, “O espetáculo da miscigenação”, In: *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema, “Políticas e ideologia da educação” - Cap. 2, “A constituição da Nacionalidade” - Cap. 5*. 1ª edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984, 2ª edição: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000. Disponível em www.schwartzman.org.br. Acesso em 25.10.10.

SETOGUTI, Ruth Izumi, “A tradição educacional entre os imigrantes japoneses e os nipo-brasileiros”. Paraná: UEM, 2008.

SUZUKI, Frank Shiguemitsu, “Atividade Física e saúde de idosas japonesas: análise de aspectos sócio-culturais”. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 2008. Disponível em www.usjt.br acesso em 10/12/10.

TAKEUCHI, Márcia Yumi “Os tempos amargos da perseguição”, In: *História Viva, Japão: 500 anos de história: 100 anos de imigração*. São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

UEHARA, Alexandre Ratsuo, “Do isolamento ao grande êxodo”, In: *História Viva: Japão: 500 anos de história: 100 anos de imigração*. São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

YAMASHIRO, José, “Pequena história do Japão”. São Paulo: Ed. Herder, 1964.

ZAGONEL, Rosa Maria, "A influência da cultura de origem dos descendentes de imigrantes japoneses no desempenho acadêmico e no concurso vestibular/2000 da UFPR". Paraná: Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná Programa de Pós-graduação em tecnologia, 2002.

Anexos